

## Mínimo sobe R\$18 em meio a promessa de mudanças

Lula anuncia reajuste para maio e também ampliação da faixa de isenção do Imposto de Renda para R\$ 2.640. Economista considera aumento tímido e nova tabela apenas paliativo

# Salário mínimo terá aumento de R\$ 18 e chegará a R\$ 1.320



“

Vai começar agora, nós vamos começar a isentar [Imposto de Renda] a partir de R\$ 2.640 e depois nós vamos gradativamente até chegar a R\$ 5 mil de isenção”

■ Luiz Inácio Lula da Silva, presidente da República

MARIANA COSTA

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) anunciou ontem que o valor do salário mínimo será de R\$ 1.320 e que a isenção do Imposto de Renda subirá para R\$ 2.640 — o que corresponde a dois salários mínimos. Ele disse que a faixa de isenção será aumentada progressivamente. Atualmente, o mínimo é de R\$ 1.302 e a faixa de isenção do IR é de R\$ 1,9 mil. “É um compromisso meu com o povo brasileiro, que vamos acertar com o movimento sindical, está combinado com o Ministério do Trabalho, está combinado com o ministro Haddad, que a gente vai em maio reajustar para R\$ 1.320 e estabelecer nova regra para o salário mínimo, que a gente já tinha no meu primeiro mandato”, afirmou o petista em entrevista à CNN Brasil. Analista ouvido pelo Estado de Minas diz que aumento de R\$ 18 para o mínimo é pouco e que medidas como o aumento da faixa de isenção do IR devem ser feitas em um contexto mais amplo. “Simplesmente subir a faixa teria um efeito negativo na arrecadação de impostos”, avalia o economista Paulo Duarte, da Valor Investimentos.

Lula ressaltou que o reajuste do salário mínimo vai considerar, além da reposição inflacionária, o crescimento do Produto Interno Bruto. “É a forma mais justa de você distribuir o crescimento da economia. Não adianta o PIB crescer 14% e você não distribuir. É importante que ele cresça 5%, 6%, 7% e você distribua-lho para a sociedade. Nós vamos aumentar o salário mínimo todo ano de acordo com a inflação, será reposta, e o

crescimento do PIB será colocado no salário mínimo”, emendou.

Desde 2020, o piso nacional é ajustado pela inflação, sem uma regra permanente. O aumento real, acima da inflação, do salário mínimo é uma promessa de campanha do petista e uma das prioridades da nova gestão. Durante os governos do PT, o mínimo foi reajustado considerando a variação da inflação e o crescimento do PIB.

Para o economista da Valor Investimentos Paulo Duarte, considerando o cenário atual do país, o reajuste é tímido. Ele lembra que o salário mínimo já havia sido reajustado em janeiro. “É o segundo aumento. O intuito da equipe econômica do novo governo é fazer uma reposição seguindo em linha do que o Lula fez no governo anterior, de fazer um ganho real no salário mínimo, com um aumento acima da inflação”.

Duarte destaca que nos últimos dois anos, principalmente, a inflação acelerou demais. “Todo mundo sentiu isso e vem sentindo ainda”. Ele ressaltou ainda o atrito entre governo federal e o Banco Central pela definição da taxa de juros. “O mínimo tem também um efeito inflacionário de que aumentando a base de salários, muitas vezes é preciso aumentar a base de preços”.

Ele classifica a política do governo como correta, principalmente porque quem recebe salário mínimo, na maioria das vezes são as camadas menos favorecidas da população. “Mas, para este ano, tinha a questão do Orçamento aprovado e pouco espaço dentro do Orçamento. E mesmo assim eles fizeram um segundo aumento para tentar, pelo menos, superar a inflação. Para 2024, já se espera um IPCA menor ao longo do

“

Qualquer medida que for tomada nesse sentido [isenção do IR], independentemente do governo, vai ser sempre um paliativo. O principal é entender como vai ser a reforma tributária”

■ Paulo Duarte, economista da Valor Investimentos

ano”, afirma o especialista.

Duarte lembra que a inflação de 2022 encerrou próxima de 6%, mas que não reflete a realidade. “Porque ela foi influenciada, durante três meses, por uma deflação por conta do corte de impostos feito pelo governo Bolsonaro no período pré-eleição. Na prática, o aumento de preços para os consumidores foi até maior, na média, do que o IPCA. Estamos vendo aumento de preços de

alimentos e energia elétrica. Os combustíveis devem subir ao longo do ano. O que vimos nos últimos dois anos foi uma perda no poder de compra real do salário mínimo”.

■ MUDANÇA NA TABELA

Em relação ao Imposto de Renda, Lula afirmou que a ideia do governo é aumentar gradativamente a faixa de isenção até alcançar R\$ 5 mil. “Vai começar a partir de agora, nós vamos começar a isentar a partir de R\$ 2.640 e depois nós vamos gradativamente até chegar a R\$ 5 mil de isenção”. Esse aumento gradativo da faixa de isenção também é uma promessa de campanha do presidente. A tabela do Imposto de Renda de Pessoa Física (IRPF) não é reajustada desde 2015. No ano passado, com uma inflação de 5,79%, chegou à maior defasagem da história: 148,10%, segundo cálculos do Sindicato dos Auditores Fiscais da Receita Federal (Sindifisco Nacional).

O economista Paulo Duarte afirma que medidas como o aumento da faixa de isenção devem ser feitas em um contexto mais amplo. “Simplesmente subir a faixa teria um efeito negativo na arrecadação de impostos”. O economista destaca que essa perda deveria ser compensada em outras frentes. “Qualquer medida que for tomada nesse sentido, independentemente do governo, vai ser sempre um paliativo. O principal é entender como vai ser a reforma tributária. E, dentro do âmbito da reforma, o foco está muito na frente dos impostos sobre consumo. Mas, com certeza, vamos acompanhar ao longo do ano, uma negociação no Congresso para se tribu-

tar renda como uma proposta de distribuição de dividendos para pessoas com patrimônio maior”, avalia.

Duarte considera o aumento gradativo da faixa de isenção uma medida correta, mas é preciso saber quais são as contrapartidas e como o governo federal pensa em compensar a perda de arrecadação. “O governo também não deixou claro se a faixa de isenção já vale para o Imposto de Renda que será entregue neste ano. Tem que ficar mais claro qual será a data-base”.

O economista e advogado Alessandro Azzoni lembra que a correção da tabela está congelada desde 2015, quando o salário mínimo era R\$ 788. “Vejo isso como um compromisso de campanha e a correção é justíssima. Vai deixar que a população que ganha até quatro salários mínimos e meio consiga ter uma faixa de isenção, sobrando mais dinheiro na mão deles para poder usar em consumo”. Azzoni afirma que grande parcela da população será atingida pela medida neste primeiro momento. “Quando chegar a R\$ 5 mil vai ser muito mais efetivo”. Ele lembra que a política do presidente Lula é voltada para distribuição de renda. “Vejo isso como um avanço, primeiro porque teve coragem de fazer desde 2015, foi o primeiro presidente que conseguiu fazê-la”.

Azzoni reforça que a ideia do governo sempre foi tributar menos quem ganha menos e tributar mais quem ganha mais. “A maioria da população hoje recebe em média cinco salários mínimos. Só essa primeira medida de isenção já vai economizar 7,5% no bolso do trabalhador. Se (a faixa de isenção) chegar a R\$ 5 mil, vai economizar praticamente 22,5%”.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Estado de Minas - Belo Horizonte/MG

Seção: Política Pagina: 3